

QUESTÕES ESPECÍFICAS ÁREA CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM
SAÚDE – PROVA SELEÇÃO MESTRADO TURMA 2025

1. Com base na leitura do artigo de Segata e Löwy, “Covid longa, a pandemia que não terminou” (2024), justifique a escolha do título e explicita seu entendimento sobre a presença da interseção entre as esferas física e psicológica no diagnóstico de Covid longa.

Gabarito: segundo o artigo, “a falta de estruturas explicativas mais precisas para os sintomas dos pacientes, somada à incredulidade médica sobre seus testemunhos e as relações de poder desiguais entre ambos, ampliam e, em muitos casos, perpetuam, as situações de frustração e sofrimento. O artigo aborda a realidade complexa do adoecimento por covid-19 – a expectativa de que se tratasse de evento de curta duração. Os relatos de mulheres afetadas pela covid longa explicitam como tal condição transcende os sintomas físicos e permeia diversos aspectos da vida, inclusive a saúde mental e emocional, além de questões da vida cotidiana, como reorganização de rotinas domésticas e profissionais, alterações das/nas relações sociais e identidades.

O artigo também apresenta dados sobre uma frente parlamentar que conduziu audiências públicas para coletar depoimentos sobre covid longa – nas quais ocorreu uma ênfase em torno da importância do reconhecimento da covid longa nas políticas de saúde, de modo a indicar a centralidade de estabelecimento de um vínculo entre a doença e o ambiente laboral, no sentido de evidenciar o impacto da condição sobre o trabalho da pessoa, além das dinâmicas sociais e profissionais das pessoas com covid longa. A complexidade da covid longa é objeto de discussão na OMS, de forma a indicar dificuldades na definição do quadro – que pode ser explicado com base em outros diagnósticos. Por fim, o artigo aborda as controvérsias entre percepções que consideram a covid longa como uma doença com causas primariamente fisiológicas e aquelas que a associam ao diagnóstico da síndrome de fadiga crônica – com sugestões acerca do papel desempenhado por fatores psicológicos. Assim, é possível afirmar que a covid longa constitui indício de que a pandemia não terminou, sobretudo no que concerne ao sofrimento físico e mental. Portanto, é preciso reconhecer a

importância de busca de justiça e reparação, como passos na direção de reconstrução e reorganização das vidas dos afetados.

2. No artigo “Saúde coletiva, gênero e sexualidade: práxis para uma justiça reprodutiva, erótica e de gênero”, Bonan (2023) analisa as contribuições de negras ativistas e intelectuais da América Latina e da América do Norte na elaboração das perspectivas críticas interseccionais e decoloniais. Com base no referido texto, discorra: em que consiste tais perspectivas e as noções de justiça reprodutiva e erótica? E como elas dialogam com a saúde coletiva?

Gabarito: São duas perguntas conectadas na mesma questão.

Primeira pergunta: **definir perspectivas interseccionais, decoloniais, justiça reprodutiva e erótica.** a/o candidata/o deve mostrar na resposta a compreensão de que tais perspectivas/noções compreendem a necessidade de atenção às desigualdades estruturais perpassadas por raça, gênero, classe, por exemplo, e pela histórica hierarquia de poder colonial, como condições para que a autonomia/liberdade reprodutiva/erótica sejam exercidas.

- perspectivas interseccionais e decoloniais – compreender que as desigualdades estruturais se relacionam ao entrecruzamento de diferentes marcadores sociais (classe, raça, gênero), e que as sociedades coloniais/modernas (Brasil, América Latina, por exemplo) foram historicamente fundadas por uma matriz colonial que deu ensejo a hierarquias que tem no topo o homem branco ocidental, cristão, proprietário e heterossexual. “A perspectiva decolonial abre um horizonte potente para o trânsito do marco liberal (colonial/moderno) dos direitos para um outro, pós-liberal, profundamente comprometido com a justiça social” (p. 7)

- justiça reprodutiva: “impossibilidade de gozo dos direitos reprodutivos, da autonomia reprodutiva, da dignidade reprodutiva e da saúde reprodutiva quando desigualdades estruturais expõem os sujeitos a injustiças econômicas e sociais, exclusões, discriminações e violências”. (p. 7).

- Justiça erótica: “reconhecimento e acolhimento das diversas formas de existência e experiência dos corpos, promoção das condições políticas e materiais de vivência dos desejos e prazeres sem danos, interdependência diante da precariedade da vida” (p.7)

Segunda pergunta: E como dialogam com a saúde coletiva?: “Uma justiça pós-liberal, que abarque corpo, sexualidade e reprodução e enfrente

as estruturas desiguais de gênero, raça, classe e outras, deve estar fundamentada nos princípios do reconhecimento da diversidade, da redistribuição equitativa e solidária dos bens sociais materiais e simbólicos e da participação social e política da multiplicidade de sujeitos” (p.7). As perspectivas interseccionais, decoloniais e o acesso cada vez maior de uma multiplicidade de sujeitos no cenário da saúde coletiva desafiam e levam “mais além o projeto de simetria e solidariedade” do campo. (p.8)

3. Questão sobre texto Determinantes sociais da Saúde e Agenda 2030:

- Propostas de cooperação internacional, como a Agenda 2030, estão pautadas em metas globais. No entanto, a urgência em implementar intervenções em saúde em uma população vulnerável pode estar condicionada por determinantes sociais locais. Nesse contexto:

A. Qual seria a melhor maneira de integrar o acordo globalista com ações locais em saúde?

B. Você considera que a implementação de metas globalistas poderia fragilizar o SUS no Brasil ou, pelo contrário, poderia fortalecê-lo?

GABARITO:

Resposta A: A melhor maneira de integrar o acordo globalista com ações locais em saúde seria através da adaptação das metas globais às realidades locais. Essa integração requer uma abordagem descentralizada do poder governamental, na qual os municípios e as instituições locais devem ser proativos ao expressar suas necessidades específicas para a implementação da Agenda nos governos hierarquicamente superiores. Isso pode ser feito por meio de uma análise detalhada dos determinantes sociais de saúde específicos de cada região, permitindo que as intervenções sejam mais eficazes e direcionadas. Além disso, a participação ativa das comunidades locais na elaboração e implementação das políticas de saúde pode garantir que as ações sejam culturalmente apropriadas e sustentáveis.

Resposta B:

A implementação de metas globalistas, como as propostas pela Agenda 2030, pode ter impactos variados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Por um lado, a adoção dessas metas pode trazer desafios, como a

necessidade de alinhar políticas locais com objetivos globais, o que pode gerar tensões e dificuldades na adaptação às realidades específicas do país. Isso poderia, em alguns casos, fragilizar o SUS se não houver uma integração cuidadosa e contextualizada.

Por outro lado, essas metas também têm o potencial de fortalecer o SUS ao promover uma abordagem mais ampla e coordenada para a saúde pública. A integração de metas globais pode incentivar a adoção de melhores práticas internacionais, aumentar a cooperação e o financiamento internacional, e promover uma visão mais holística da saúde, que considera tanto os determinantes sociais quanto os ambientais. Assim, com uma implementação estratégica e participativa, as metas globalistas podem, de fato, contribuir para o fortalecimento do SUS.

4. Apresente e desenvolva seu(s) tema(s) de interesse de pesquisa, na área da saúde coletiva e, especificamente, no campo das CSHS.